



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Agosto/2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico de Nível Superior

Analista de Orçamento e Finanças Públicas – SEMPLAN

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos Específicos

Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação a tinta na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Há um comentário frequentemente encontrado nos meios de comunicação ou mesmo em conversas cotidianas: “O carnaval de hoje não é mais o mesmo. Transformou-se em um grande empreendimento turístico. Perdeu a autenticidade.” Em seu sentido amplo, esse comentário aplica-se a diversas modalidades de cultura popular: não só às festas, mas também ao artesanato, à música, à dança, à culinária. Pode ser expresso na forma de um lamento e de um incontido sentimento de nostalgia.

Em outras palavras, circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares na qual estas são apresentadas sob o signo da perda. Supõe-se que elas conheceram em sua longa história um momento no qual teriam florescido na sua forma mais autêntica e próxima às expectativas daqueles que as produzem. Mas desde então, como consequência das transformações históricas e em especial da chamada modernização, essas formas socioculturais teriam cada vez mais perdido seus atributos definidores.

Essa narrativa é seguramente poderosa e tem notável capacidade de convencimento. No entanto, um fantasma ronda os estudos sobre as culturas populares. Elas não desapareceram; continuam a existir e se reproduzir: festas regionais, como o bumba meu boi; as festas do Divino Espírito Santo; as festas de Reis; as inúmeras modalidades de música popular ou folclórica produzidas em diversas regiões do Brasil. Os exemplos podem se estender facilmente. O que importa assinalar, no entanto, é que essas formas de cultura popular continuam a ser produzidas no tempo presente e de modo criativo; e não parecem indicar, ao contrário do que se afirma obsessivamente, que estejam em processo de desaparecimento.

O problema evidentemente não está na cultura popular, mas nas perspectivas que postulam sua existência arcaica e seu inevitável desaparecimento. Trata-se de um fantasma produzido pelos que se recusam a reconhecer que elas expressam visões de mundo diferentes.

Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”. Contudo, pesquisas de antropologia social ou cultural já demonstraram que as culturas populares, estejam elas situadas no mundo rural ou nas grandes cidades, desempenham funções sociais e simbólicas fundamentais para sua persistência e reprodução. Desse modo, festas, artesanatos, lendas, formas musicais, dança, culinária articulam simbolicamente concepções coletivas de sociedade.

As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados. Elas consistem efetivamente em sistemas de práticas sociais. Os comentários usuais sobre uma suposta perda de autenticidade das culturas populares na atualidade esquecem que elas não são o espelho de nossas categorias e classificações; o que elas oferecem de mais interessante não é nem o testemunho de um passado remoto, nem a catástrofe de seu desaparecimento, mas invenções alternativas e atuais dos modos de estar no mundo.

(Adaptado de: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Culturas populares: patrimônio e autenticidade”. In: **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. BOTELHO, André e SHWARCZ, Lilia Moritz (org.) São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 136-139)

1. O autor

- (A) lamenta a perda inevitável de diversas práticas culturais, como a dança e a culinária, cujos atributos dissiparam-se no tempo e não podem mais ser inventariados.
- (B) questiona a ideia de que as culturas populares perderam sua legitimidade no mundo contemporâneo, uma vez que continuam a desempenhar funções sociais e simbólicas fundamentais.
- (C) assinala que, a despeito de ter se transformado em um grande evento turístico na contemporaneidade, a cultura popular floresceu de forma autêntica e criativa no passado, época em que refletia uma visão coerente do mundo.
- (D) aponta para o fato de que o processo de modernização das grandes cidades alterou as formas de expressão de diversas festas populares, que perderam, assim, suas propriedades mais importantes.
- (E) opõe manifestações como a dança e a música do campo e da cidade, reiterando que no ambiente urbano tais práticas, embora apresentem menor qualidade artística, encontram ambiente propício à sua propagação.

2. A frase em que o tempo verbal evidencia uma hipótese está em:

- (A) *As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados.*
- (B) *Elas não desapareceram...*
- (C) *... essas formas socioculturais teriam cada vez mais perdido seus atributos definidores.*
- (D) *Perdeu a autenticidade.*
- (E) *... circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares...*



3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. O uso obrigatório dos sinais indicativos de crase na frase *não só às festas, mas também ao artesanato, à música, à dança, à culinária* deve-se à regência do verbo “aplicar”. (1º parágrafo)
- II. O segmento *Trata-se de um fantasma produzido...* (4º parágrafo) está corretamente reescrito do seguinte modo: *Tratam-se de ilusões produzidas...*
- III. No 2º parágrafo, o segmento “no qual” pode ser substituído por “em que”, sem prejuízo da correção e do sentido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.
(B) I.
(C) II e III.
(D) I e II.
(E) I e III.
-
4. *No entanto, um fantasma ronda os estudos sobre as culturas populares.* (3º parágrafo)
- Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:
- (A) Embora
(B) Todavia
(C) Conquanto
(D) Porquanto
(E) Assim
-
5. *Desse modo, festas, artesanatos, lendas, formas musicais, dança, culinária articulam simbolicamente concepções coletivas de sociedade.* (5º parágrafo)
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) tinha sido articulada.
(B) são articuladas.
(C) foi articulado.
(D) são articulados.
(E) eram articuladas.
-
6. Alterando-se o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses, o verbo em destaque deverá ser flexionado em uma forma do plural em:
- (A) *Em outras palavras, circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares...* (certos pontos de vista)
- (B) *Há um comentário frequentemente encontrado nos meios de comunicação...* (observações)
- (C) *O problema evidentemente não está na cultura popular...* (nas culturas populares)
- (D) *Transformou-se em um grande empreendimento turístico.* (projetos turísticos de grande porte)
- (E) *Pode ser expresso na forma de um lamento e de um incontido sentimento de nostalgia.* (em variantes do luto)
-
7. Sem prejuízo da correção e sem que se faça nenhuma outra alteração na frase, o segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico...* (relacionadas)
- (B) *Mas desde então, como consequência das transformações históricas e em especial da chamada modernização...* (devido)
- (C) *As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados.* (sujeitos à)
- (D) *Elas consistem efetivamente em sistemas de práticas sociais.* (equivalem)
- (E) *... pelos que se recusam a reconhecer que elas expressam visões de mundo diferentes.* (refutam)
-
8. *Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”.* (5º parágrafo)
- Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original, está em:
- (A) Não é raro que, essas formas socioculturais opunham-se à associação entre um mundo rural, no qual seria estável e harmônico e um mundo urbano: industrializado e “inautêntico”.
- (B) Não é raro que essas formas socioculturais estiverem associadas à oposição entre: um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”.
- (C) Não raro, associa-se essas formas socioculturais à oposição entre a estabilidade e a harmonia de um mundo rural e a “inautenticidade” de um mundo urbano industrializado.
- (D) Não raro, associam-se essas formas socioculturais à oposição entre um mundo rural, estável e harmônico, e um mundo urbano, industrializado e “inautêntico”.
- (E) Não é raro que se associa essas formas socioculturais, opondo-as a dois mundos: o rural, estável e harmônico, e o urbano, onde seria industrializado e inautêntico.



9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) De acordo com uma das lendas das diversas existentes em torno do bumba meu boi, diz que a festa surgiu no estado do Piauí, cuja a região começou a ser povoada por vaqueiros em busca de novas pastagens.
- (B) Existiu em diversas culturas antigas pelo mundo, manifestações culturais e religiosas em torno da figura do boi, que, no Brasil, surgiu no Nordeste como a festa do bumba meu boi, que ocorre principalmente nas festas juninas.
- (C) Apesar de ser uma manifestação típica do folclore brasileiro, a festa do bumba meu boi lembra os autos medievais: encenações simples, com linguagem popular e, geralmente, sobre a luta do bem contra o mal.
- (D) Resultado da união de elementos da cultura europeia, africana e indígena, com maior ou menor influência de cada uma delas, é incorporado ao bumba meu boi elementos da tradição espanhola e portuguesa.
- (E) Embora sua origem seja certamente mais antiga, o primeiro registro da festa do bumba meu boi, apareceu em 1840, num pequeno jornal de Recife e alguns historiadores associam seu nascimento à expansão, no Nordeste, do chamado Ciclo do Gado.

Atenção: Para responder às questões de números 10 a 12 considere o texto abaixo.

Ao longo da vida percebemos que as pessoas sofrem, resolvem problemas, fazem escolhas, enfim, enfrentam a labuta do dia a dia. Com o tempo, sem saber ao certo a razão, desenvolvi um encanto por essa capacidade de ação dos meus semelhantes. Hoje, sei que existia nesse encanto que sentia o reconhecimento de que os seres humanos, na sua infinita batalha cotidiana, mereciam aquilo que só mais maduro poderia saber o que era – eles mereciam reverência.

Dito nas palavras que aprendi com Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.): a vida dos seres humanos desperta em nós, quando olhamos com atenção, "terror e piedade", traços da tragédia grega, segundo o filósofo.

A vida ficou clara na sua "essência" para mim quando entendi que somos como heróis da tragédia: combatemos até o fim, mas sempre seremos derrotados ao final. Não só a morte enquanto tal, mas as perdas, as frustrações, as mentiras, os amores impossíveis, dores de todos os tipos.

Evidente que isso tudo é atravessado por uma profunda beleza e coragem que, às vezes, assim como que num ato de graça, conseguimos até tocar com as mãos. E essas duas, beleza e coragem, que considero irmãs de sangue, tornam ainda mais evidente o reconhecimento de que os seres humanos merecem reverência nessa labuta sem fim.

(Adaptado de: PONDÉ, Luiz Felipe. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/07/1790345-o-conflito-entre-o-bem-e-o-bem.shtml)

10. Atente para as afirmações abaixo.

- I. Infere-se do texto que, desde a Antiguidade, o homem concorre com forças superiores a ele mesmo, nem sempre concretizando seus anseios, o que motiva o autor a expressar sua frustração a respeito dos seres humanos.
- II. No terceiro parágrafo, o autor apresenta argumentos que justificam a afirmação de que a vida dos seres humanos assemelha-se à dos personagens da tragédia grega.
- III. Para o autor, os seres humanos merecem profundo respeito por sua capacidade de ação, mesmo diante das dificuldades que a vida apresenta.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

11. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto está em:

- (A) A vida ficou clara, na sua "essência", para mim quando entendi que, somos como heróis da tragédia; combatemos até o fim, mas...
- (B) Dito nas palavras, que aprendi com Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), a vida dos seres humanos desperta em nós, quando olhamos com atenção, "terror e piedade"...
- (C) Não só a morte, enquanto tal, mas, as perdas: as frustrações; as mentiras; os amores impossíveis – dores de todos os tipos.
- (D) E essas duas: beleza e coragem que considero irmãs de sangue, tornam ainda mais evidente o reconhecimento de que...
- (E) Ao longo da vida, percebemos que as pessoas sofrem, resolvem problemas, fazem escolhas, enfim, enfrentam a labuta do dia a dia.

12. ... eles mereciam reverência. (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está também grifado em:

- (A) ... mas sempre seremos derrotados ao final.
- (B) ... que considero irmãs de sangue...
- (C) ... saber o que era...
- (D) ... enfrentam a labuta do dia a dia.
- (E) ... aquilo que só mais maduro poderia...



Raciocínio Lógico-Matemático

13. A empresa **A** fornece serviços de capacitação profissional para a empresa **B**. O gerente de **A** verificou que, no ano anterior, houve uma capacitação para engenheiros e técnicos da empresa **B**, com custo total de R\$ 18.000,00, sendo que o valor cobrado por engenheiro era de R\$ 450,00 e, por técnico, R\$ 150,00. A fim de orçar os custos de uma nova capacitação para a empresa **B**, que manteve seus quadros estáveis, o gerente precisa descobrir quantos engenheiros e quantos técnicos participaram da capacitação do ano anterior. Não encontrou, porém, o registro de quantos funcionários de **B** haviam participado dessa capacitação. Sabendo-se que a empresa **B** tem uma política de manter em seus quadros uma quantidade de técnicos que é sempre o triplo da quantidade de engenheiros, o gerente da empresa **A** pode concluir que, no ano anterior, participaram da referida capacitação
- (A) 15 engenheiros e 45 técnicos.
 (B) 20 engenheiros e 60 técnicos.
 (C) 15 engenheiros e 75 técnicos.
 (D) 20 engenheiros e 75 técnicos.
 (E) 25 engenheiros e 45 técnicos.

14. Texto 1

“Se o preço do quilo de frango é R\$ 9,00 e ocorre um aumento de 10%, ele passará a custar R\$ 9,90. Essa é a interpretação que costumamos dar ao comando “aumento de 10%”. Porém, em algumas atividades financeiras o cálculo da porcentagem não é feito sobre o valor inicial, mas sim sobre o valor final. Esse tipo de cálculo, também chamado de porcentagem “por dentro”, utiliza como base para o cálculo da porcentagem o número que já contém o aumento percentual. No caso do exemplo do frango, se o aumento é de 10% mas calculado pelo método “por dentro”, o preço final deverá ser o valor tal que se dele retirarmos 10%, resultará R\$ 9,00. Sendo assim, um aumento de 10% “por dentro” implicaria em aumentar o preço do quilo de frango de R\$ 9,00 para R\$ 10,00.”

(SANTOS, R.N. Porcentagem “por dentro” e a conta de luz. **Revista do Professor de Matemática**. n. 78. SBM: São Paulo)

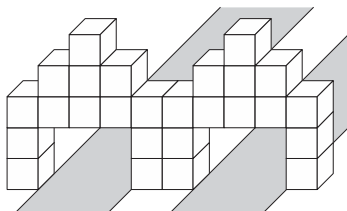
Texto 2

“A chamada cobrança “por dentro” de diversos tributos, dentre os quais o ICMS, é estabelecida pelas leis federais correspondentes e implica que os valores desses tributos integram a própria base de cálculo sobre a qual incidem suas respectivas alíquotas.”

(Adaptado de: BRASIL. **Por dentro da conta de luz**: informação de utilidade pública/Agência Nacional de Energia Elétrica. 4. Ed. Brasília: ANEEL, 2008. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/catilha_1p_atual.pdf>)

A concessionária de energia elétrica de certo estado cobra R\$ 0,20 por kWh consumido e recolhe 20% de ICMS, caso o consumo mensal seja menor que 200 kWh, e 25%, caso o consumo ultrapasse esse valor. No caso de um consumo de 180 kWh, considerando o recolhimento de ICMS e ignorando outros tributos ou taxas, a conta de luz custaria, em R\$,

- (A) 36,00.
 (B) 50,00.
 (C) 43,00.
 (D) 45,00.
 (E) 38,00.
15. Uma administração municipal pretende construir um portal na entrada da cidade, circundando as duas pistas de uma estrada. Os blocos utilizados na construção, que podem ser vistos no esquema, são cubos de concreto de aresta 2 m.



Projeto do portal

O acabamento será em verniz acrílico, que é vendido em galões de 3,6 litros ou em latas de 18 litros. O fabricante do verniz informa que são necessárias duas demãos para concreto armado e que cada 3,6 litros cobre cerca de 40 m² a cada demão.

Se o verniz será usado em todas as faces do portal que ficarão expostas ao ar livre, a administração municipal deverá comprar, no mínimo,

- (A) 1 lata.
 (B) 4 galões.
 (C) 1 lata e 2 galões.
 (D) 2 latas.
 (E) 1 lata e 4 galões.



16. Considere a seguinte situação-problema:

Em uma certa empresa, havia três cargos vagos – auxiliar contábil, auxiliar administrativo e auxiliar jurídico – e três candidatos foram selecionados para preenchê-los: André, Bernardo e Cláudio. Sabe-se que:

- André não estava capacitado para o cargo do setor jurídico.
- O setor administrativo não contratou o Bernardo.
- Cláudio estava capacitado apenas para os cargos do setor jurídico e do setor administrativo.

Agora, considere as seguintes afirmações adicionais:

- (1) André foi contratado pelo setor contábil.
- (2) O setor jurídico não contratou Cláudio.

Para descobrir qual setor contratou cada candidato, considerando as três informações iniciais, a adição

- (A) das informações (1) e (2), mesmo juntas, é insuficiente.
- (B) da afirmação (1), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (2), por si só, é insuficiente.
- (C) de cada afirmação, (1) ou (2), individualmente, é suficiente.
- (D) da afirmação (2), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (1), por si só, é insuficiente.
- (E) de ambas as afirmações, juntas, é suficiente, mas individualmente, ambas são insuficientes.

Noções de Informática

17. A proteção das informações e dos sistemas das organizações requer o uso de recursos de proteção como os *firewalls*, utilizados para
- (A) ajudar a impedir que a rede privada da empresa seja acessada sem autorização a partir da Internet.
 - (B) liberar o uso de todos os serviços de rede somente aos usuários registrados pelo administrador da rede.
 - (C) garantir que cada pacote de dados seja entregue com segurança apenas ao destinatário informado, reduzindo assim o tráfego na rede.
 - (D) garantir que nenhum colaborador possa comprometer a segurança das informações da organização.
 - (E) garantir que os computadores da rede não sejam infectados por *malwares* ou atacados por *hackers*.

18. No Microsoft Word 2013 em português, após digitar meia página de texto em coluna única, um profissional deseja digitar o restante da página em duas colunas, sem afetar o texto já digitado. Para isso, antes de definir o número de colunas para a segunda metade de página, deve-se inserir uma quebra de seção
- (A) Contínua.
 - (B) Alternada.
 - (C) Automática.
 - (D) Dupla.
 - (E) Vertical.

19. As organizações têm optado cada vez mais por utilizar no processo de desenvolvimento de sistemas um conjunto de metodologias que valorizam mais:
- as pessoas e interações do que os processos e ferramentas;
 - o *software* funcionando do que a documentação compreensível;
 - a colaboração do usuário do que negociações de contratos;
 - respostas rápidas às mudanças do que planos previamente definidos.

Estes princípios são adotados pelas metodologias

- (A) clássicas.
- (B) prescritivas.
- (C) orientadas a objetos.
- (D) ágeis.
- (E) cascata.

20. A partir da identificação do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos reconhecido como boa prática pelas organizações foi criado o guia PMBOK 5ª Edição, muito útil para o gerenciamento de projetos de diversos tipos. Este guia apresenta um conjunto de processos agrupados logicamente nos seguintes grupos de processo:
- (A) Escopo, Qualidade, Cronograma, Orçamento, Recursos, Risco.
 - (B) Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle, Encerramento.
 - (C) Escopo, Tempo, Custos, Qualidade, Recursos Humanos, Riscos.
 - (D) Escopo, Modelagem, Desenvolvimento, Testes, Implantação, Encerramento.
 - (E) Iniciação, Organização e preparação, Execução, Encerramento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Para responder às questões de números 21 e 22, considere a Lei nº 2.138/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina.

21. De acordo com a lei mencionada acima,
- (A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá ambos cumulativamente, cada qual calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.
 - (B) o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e seis horas do dia seguinte será remunerado com acréscimo de 30% do valor da hora normal.
 - (C) a gratificação de produtividade é devida aos servidores municipais que tenham atribuições fiscais e operacionais.
 - (D) o direito às gratificações de penosidade, insalubridade ou periculosidade incorporam-se ao salário após dois anos, não cessando com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
 - (E) o adicional de tempo integral é devido aos ocupantes de qualquer cargos com carga horária de 30 horas semanais.
-
22. A inassiduidade habitual e a aplicação irregular de dinheiros públicos acarretarão a aplicação da penalidade de
- (A) suspensão.
 - (B) advertência e de suspensão, respectivamente.
 - (C) suspensão e de demissão, respectivamente.
 - (D) demissão.
 - (E) demissão e de suspensão, respectivamente.
-

Noções de Direito Constitucional

23. Em uma situação hipotética, o Senador X cometeu um crime inafiançável dentro do Congresso Nacional e em razão disso, foi preso em flagrante. A respeito dessa situação,
- (A) dentro de 24 horas da prisão em flagrante, o Senado, pelo voto da maioria dos seus membros, resolverá sobre a manutenção ou não da prisão.
 - (B) o Senador X será submetido a julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) a prisão do Senador X é inconstitucional, pois a Constituição Federal prevê que Deputados e Senadores não poderão ser presos em flagrante em nenhuma hipótese.
 - (D) o Superior Tribunal de Justiça dará ciência ao Senado sobre o recebimento da denúncia. O Senado não tem competência para sustar o andamento da ação.
 - (E) o recebimento da denúncia e eventual ação penal contra o Senador X só ocorrerá caso haja aprovação do Congresso Nacional, por maioria absoluta de seus membros.
-

24. Acerca do Distrito Federal e dos Territórios, considere:

- I. O Distrito Federal divide-se em Municípios.
- II. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- III. É vedado aos Territórios se dividir em Municípios.
- IV. As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e III.
-



25. Segundo as normas da Constituição Federal aplicáveis à Administração pública,
- (A) o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.
 - (B) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - (C) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (D) é vedado, aos estrangeiros, o acesso a qualquer cargo público.
 - (E) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Direito Administrativo

26. José é servidor público federal e trabalha como assistente jurídico na Presidência da República. Em determinado dia, José decide revelar a um colega, jornalista, antes da divulgação oficial, medida econômica que afetará significativamente o valor de alguns alimentos, dentre eles, o arroz e o feijão. Em razão do ocorrido, José foi processado e condenado por improbidade administrativa, haja vista a comprovação de sua conduta dolosa. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, acerca das sanções, José está sujeito,
- (A) à proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de quatro anos.
 - (B) ao pagamento de multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida por José.
 - (C) à suspensão dos direitos políticos por cinco anos.
 - (D) à suspensão dos direitos políticos por dois anos.
 - (E) à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
27. A Prefeitura de Teresina, hipoteticamente, celebrou contrato de parceria público-privada para o gerenciamento de resíduos sólidos e do aterro sanitário do Município. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, antes da celebração do contrato, foi constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Admite-se, desde que preenchidos os requisitos legais, a administração temporária da sociedade de propósito específico, pelos financiadores e garantidores. Referida administração temporária, autorizada pelo poder concedente,
- (A) acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, exceto com o poder concedente ou empregados.
 - (B) não acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, exceto com o poder concedente ou empregados.
 - (C) acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, inclusive com o poder concedente ou empregados.
 - (D) não acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, inclusive com o poder concedente ou empregados.
 - (E) acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores somente em relação aos compromissos com terceiros, cabendo ao poder concedente disciplinar sobre o prazo da administração temporária.

28. No que concerne ao processo administrativo, considere:
- I. Na fase instrutória, o interessado tem direito de propor atuações probatórias.
 - II. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de dois dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
 - III. O órgão de instrução é sempre o competente para emitir a decisão final, pois elaborará o relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e, posteriormente, proferirá a decisão.

Nos termos da Lei Municipal nº 3.338/2004, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e III.

**Direito Tributário**

29. A exclusão do crédito tributário por força de norma constitucional que impede a incidência de lei ordinária de tributação sobre determinado fato, ou em detrimento de determinada pessoa, ou categoria de pessoas, denomina-se
- (A) imunidade.
 - (B) isenção.
 - (C) anistia.
 - (D) decadência direta.
 - (E) prescrição.

30. A respeito do imposto sobre produtos industrializados é INCORRETO afirmar que
- (A) se inclui dentre os impostos de competência da União.
 - (B) será seletivo, em função da essencialidade do produto.
 - (C) terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.
 - (D) será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
 - (E) incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

31. A respeito da inscrição da dívida ativa tributária, considere:
- I. A dívida regularmente inscrita goza de absoluta presunção de certeza e liquidez.
 - II. A dívida regularmente inscrita tem o efeito de prova pré-constituída.
 - III. A inscrição da dívida ativa é o ato de constituição do crédito tributário.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

Economia Básica

32. Os títulos públicos federais constituem opção para gerenciamento do caixa de uma entidade, vez que se destacam por apresentar liquidez e garantia. Dentre os títulos da dívida federal, tem-se a Letra Financeira do Tesouro – LFT, que
- (A) é indexada ao IPCA e paga semestralmente juros de 6% ao ano.
 - (B) é indexada à Selic e seu principal é pago no vencimento, pelo valor nominal acrescido do respectivo rendimento.
 - (C) não tem indexador e é emitida com prazo de até 10 anos.
 - (D) não tem indexador e seu principal é resgatado no vencimento, sem juros.
 - (E) é indexada ao IGPM e paga semestralmente juros de 6% ao ano.
33. O sistema de pagamentos no Brasil foi alvo de uma profunda evolução a partir de 2002 e
- (A) as transferências de fundos interbancárias passaram a poder ser liquidadas em tempo real.
 - (B) manteve o nível de risco sistêmico anteriormente existente.
 - (C) reduziu substancialmente a presença de contrapartes centrais.
 - (D) a modernização permitiu eliminar a possibilidade de crédito intradia concedido pelo Banco Central.
 - (E) se beneficiou da função de fiscalização presencial exercida pelo Conselho Monetário Nacional.



34. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um elemento fundamental para as atividades financeiras públicas. No campo federal, ela
- (A) estabelece diretrizes para a Administração pública observar nos quatro anos seguintes.
 - (B) mantém independência do Plano Plurianual, tendo em vista que as prioridades contidas nas duas não se comunicam.
 - (C) fixa as metas e prioridades da Administração pública Federal para o exercício financeiro subsequente.
 - (D) inclui a fixação das despesas correntes e exclui as despesas de capital, que estão fixadas no Plano Plurianual.
 - (E) deve contemplar o resultado fiscal nominal, que considera as receitas e as despesas, excluindo as despesas com juros da dívida pública.
-
35. O ICMS é um imposto
- (A) não seletivo, não cumulativo e direto.
 - (B) seletivo, cumulativo e indireto.
 - (C) não seletivo, cumulativo e indireto.
 - (D) seletivo, não cumulativo e direto.
 - (E) seletivo, não cumulativo e indireto.

Contabilidade Pública Básica

36. A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC. Segundo a Resolução CFC nº 1.111/2007, sob a perspectiva do setor público, a autonomia patrimonial que tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes público, refere-se ao princípio da
- (A) continuidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) oportunidade.
 - (D) transparência.
 - (E) entidade.
-
37. O município de Almirante do Cedro, no mês de julho de 2016, procedeu hipotéticas transferências financeiras no valor de R\$ 275.000,00, para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial, sem finalidade lucrativa. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o valor transferido pelo município refere-se uma despesa classificada no
- (A) elemento de despesa – Transferências Voluntárias.
 - (B) elemento de despesa – Auxílios Financeiros.
 - (C) grupo de natureza de despesa – Doações Financeiras.
 - (D) elemento de despesa – Subvenções Sociais.
 - (E) grupo de natureza de despesa – Inversões Financeiras.
-
38. Uma prefeitura, no exercício de 2015, obteve um excesso de arrecadação nas receitas de alienações de bens no valor total de R\$ 9.560.000,00. De acordo com as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, o excesso de arrecadação das receitas será evidenciado
- (A) no Balanço Financeiro.
 - (B) na Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (C) no Balanço Patrimonial.
 - (D) na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (E) no Balanço Orçamentário.
-
39. Em uma situação hipotética, o Prefeito do município de Coqueiros dos Mendes autorizou, no mês de julho de 2016, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do Hospital Público Municipal, pelo valor estimado de R\$ 98.500,00 e a alienação de dois imóveis, pelo valor estimado de R\$ 650.000,00. Considerando-se a classificação orçamentária, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, são classificadas, respectivamente, no grupo de natureza de despesa e na categoria econômica de receita:
- (A) outras despesas correntes e receita patrimonial.
 - (B) investimento e receita de capital.
 - (C) despesa de capital e receita de capital.
 - (D) outras despesas correntes e receita de capital.
 - (E) despesa de custeio e receita patrimonial.



40. Relativamente ao processo de planeamento-orçamento, o Secretário de Finanças do Município da capital determinou que na execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2016 seja observada às vedações contidas na Constituição Federal, no que tange:
- I. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
 - II. A contratação de mão de obra terceirizada nos cento e vinte dias anteriores ao final do mandato do Prefeito.
 - III. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
 - IV. A contratação de empresas para realização de despesas sem prévia concorrência pública.
 - V. O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) I, III e V.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, II e III.

Administração Orçamentária e Financeira

41. Nos termos da Lei nº 4.320/64, a discriminação da despesa nos orçamentos será feita, no mínimo,
- (A) pelo desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a Administração pública para consecução dos seus fins.
 - (B) pelo agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
 - (C) por dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
 - (D) por dotações para o planeamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho.
 - (E) por dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.
42. Em um caso hipotético, a Prefeitura de Teresina deixou de prever a efetiva arrecadação do IPTU no orçamento para o exercício de 2016. Nesse caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como punição
- (A) o não recebimento de transferência voluntária no que se refere aos impostos, salvo para ações de educação, saúde e assistência social.
 - (B) impossibilidade de contratação de operação de crédito.
 - (C) bloqueio de repasses constitucionais.
 - (D) obrigatoriedade de cortes de cargos em comissão.
 - (E) impossibilidade de concessão de garantia.
43. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu regramentos para a criação, expansão e aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, mas excepcionou aquelas consideradas de pequena monta. Esse tipo de despesa, cuja normatização deve estar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é denominada
- (A) mínima.
 - (B) insignificante.
 - (C) não produtora de efeitos patrimoniais.
 - (D) irrelevante.
 - (E) não vinculada.

44. Considere:
- I. Despesas com publicidade e propaganda.
 - II. Aquisição de material de consumo.
 - III. Obrigação legal destinada ao pagamento do serviço da dívida.
 - IV. Despesas com obras.
 - V. Despesas com serviços de terceiros.

Em uma situação hipotética, a Prefeitura de Teresina verificou, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o que gerou a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, essa limitação poderá atingir APENAS o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.



45. Considere:

- I. Pareceres, perícias e avaliações em geral.
- II. Auditorias financeiras ou tributárias.
- III. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- IV. Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

A Lei nº 8.666/93 previu que os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente e ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração. São considerados serviços técnicos profissionais especializados o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

46. Considere:

- I. Exigência de garantia de proposta.
- II. Imposição de aquisição de edital pelos licitantes como condição para participação.
- III. Cobrança de taxa referente ao fornecimento do edital, em valor compatível com o custo de sua reprodução gráfica.
- IV. Prazo de validade da proposta de 30 dias.

A Prefeitura de Teresina decidiu adquirir material de escritório mediante pregão, modalidade cujo edital poderá conter o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

47. Considere:

- I. Elaborar e supervisionar a execução de planos e programas nacionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social.
- II. Realizar estudos e pesquisas socioeconômicas e análises de políticas públicas.
- III. Coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração dos projetos da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária.

Segundo a Lei nº 10.180/01, essas ações são de competência, respectivamente, das unidades responsáveis pelas atividades de

- (A) planejamento, planejamento e planejamento.
- (B) planejamento, planejamento e orçamento.
- (C) planejamento, orçamento e orçamento.
- (D) orçamento, orçamento e planejamento.
- (E) orçamento, orçamento e orçamento.

Orçamento Público

48. Considere:

- I. Autorização por lei.
- II. Abertura por decreto executivo.
- III. Dependência da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- IV. Precedência de exposição justificativa.
- V. Vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, os itens I a IV correspondem à normatização legal afeta aos créditos adicionais

- (A) suplementares, especiais e extraordinários.
- (B) suplementares e especiais, apenas.
- (C) suplementares, apenas.
- (D) especiais, apenas.
- (E) especiais e extraordinários, apenas.



49. Considere:

- I. As despesas devem estar expressamente definidas em lei.
- II. Consiste na entrega de numerário a servidor.
- III. O empenhamento pode ser prévio ou a posteriori, se a despesa for urgente.
- IV. Destinado a casos que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- V. Cada responsável pode receber, no máximo, dois adiantamentos concomitantes.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, são regras afetas ao regime de adiantamento o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.

50. Um Técnico de Nível Superior – Analista de Orçamento e Finanças Públicas foi incumbido de fazer uma análise da dívida da Prefeitura de Teresina registrada nos seus balanços. Foi verificada a existência de

- I. restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- II. serviços da dívida a pagar.
- III. depósitos.
- IV. débitos de tesouraria.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, os itens I, II, III e IV integram, correta e respectivamente, a

- (A) dívida flutuante, dívida flutuante, dívida flutuante e dívida flutuante.
- (B) dívida fundada, dívida flutuante, dívida flutuante e dívida flutuante.
- (C) dívida flutuante, dívida fundada, dívida flutuante e dívida flutuante.
- (D) dívida flutuante, dívida flutuante, dívida fundada e dívida flutuante.
- (E) dívida flutuante, dívida flutuante, dívida flutuante e dívida fundada.

51. No que se refere aos gastos com pessoal e à receita corrente líquida apuradas pela Prefeitura de Teresina, considere a hipotética tabela abaixo.

Mês	Despesa com Pessoal	Receita Corrente Líquida
DEZEMBRO/2014	1.000,00	500,00
JANEIRO/2015	500,00	1.000,00
FEVEREIRO/2015	500,00	1.000,00
MARÇO/2015	500,00	1.000,00
ABRIL/2015	500,00	1.000,00
MAIO/2015	500,00	1.000,00
JUNHO/2015	500,00	1.000,00
JULHO/2015	500,00	1.000,00
AGOSTO/2015	500,00	1.000,00
SETEMBRO/2015	500,00	1.000,00
OUTUBRO/2015	500,00	1.000,00
NOVEMBRO/2015	200,00	1.200,00
DEZEMBRO/2015	800,00	800,00

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores constantes da tabela revelam que o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida, tomando-se como referência o mês de dezembro de 2015 foi

- (A) 50%, abaixo, portanto, do limite do Executivo municipal, que é de 60%.
- (B) 100%, acima, portanto, do limite do Executivo municipal, que é de 60%.
- (C) 56%, acima, portanto, do limite do Executivo municipal, que é de 54%.
- (D) 100%, acima, portanto, do limite do Executivo municipal, que é de 54%.
- (E) 50%, abaixo, portanto, do limite do Executivo municipal, que é de 54%.

52. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a “comprovação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social” e o “registro ou inscrição na entidade profissional competente” são documentos relativos, respectivamente, à

- (A) regularidade fiscal e habilitação jurídica.
- (B) habilitação jurídica e habilitação jurídica.
- (C) regularidade fiscal e qualificação técnica.
- (D) habilitação jurídica e qualificação técnica.
- (E) habilitação jurídica e regularidade fiscal.



53. Em uma situação hipotética, a Prefeitura de Teresina realizou concorrência para a contratação de obra para a construção de um centro de saúde. O certame ocorreu pelo menor preço e por empreitada integral. A concorrência, o menor preço e a empreitada integral são, respectivamente,
- (A) tipo de licitação, modalidade de licitação e forma de execução.
 - (B) modalidade de licitação, tipo de licitação e critério de habilitação.
 - (C) tipo de licitação, modalidade de licitação e critério de julgamento.
 - (D) modalidade de licitação, tipo de licitação e critério de julgamento.
 - (E) modalidade de licitação, tipo de licitação e forma de execução.

54. Considere:

- I. Natureza contábil e financeira.
- II. Vinculados por lei à realização de objetivos determinados.
- III. Relacionados às áreas de política econômica, social ou administrativa do governo.

Nos termos do Decreto nº 93.872/86, são disposições relacionadas aos fundos especiais o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Finanças Públicas e Análise de Políticas Públicas

55. Supondo-se que o Município de Piripiri – PI pretende ampliar seu programa de coleta seletiva de lixo, triplicando a capacidade de reciclagem de seu pequeno centro de triagem de resíduos sólidos, e que estudos apontaram que este centro pode apresentar rendimentos crescentes de escala. A partir deste dado, mantendo-se todos os demais variáveis econômicas constantes,
- (A) neste caso, em um gráfico em que se relacionam dois insumos, como capital e trabalho, tem-se isoquantas de produção de recicláveis cada vez mais próximas, conforme os insumos empregados no centro de triagem aumentam.
 - (B) para se triplicar a capacidade de reciclagem do centro serão necessários mais que o triplo de insumos produtivos.
 - (C) um empreendimento, como o do exemplo, sempre terá rendimentos crescentes, independentemente de quanto crescer o centro de triagem.
 - (D) para que o Município alcance a meta de reciclagem, é mais vantajoso, do ponto de vista econômico, criar dois novos centros com o mesmo tamanho que o existente, do que ampliar a capacidade produtiva deste.
 - (E) o tamanho do centro de triagem não afeta, significativamente, a produção de recicláveis, uma vez que caracteriza-se como atividade capital intensiva.

56. A respeito do Planejamento Estratégico Situacional – PES,

- (A) constitui uma atividade que se encerra em determinado momento, a partir do qual se inicia sua implementação.
- (B) aplicado à gestão pública, o PES considera que a arte de governar está associada ao princípio da governança, mas não da governabilidade.
- (C) o modelo adota o conceito de “etapas”, em substituição ao conceito de “momento”.
- (D) considera que o planejamento deve incluir uma avaliação do poder dos diversos atores sociais que interagem simultaneamente.
- (E) essa abordagem tem como máxima a ideia de que “o plano sempre se completa antes da ação”.

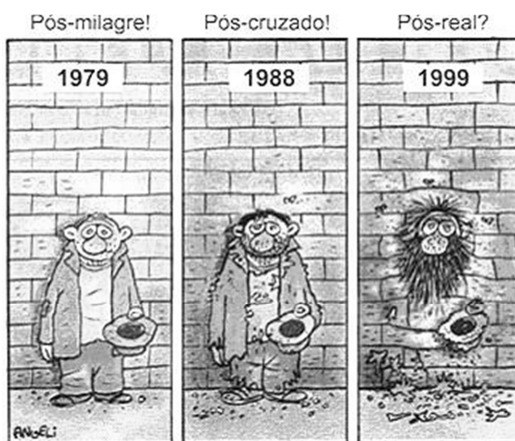
57. NÃO é uma diretriz do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP:

- (A) Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta.
- (B) Existência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial.
- (C) Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente.
- (D) Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade.
- (E) Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal.



58. A respeito dos chamados intermediários financeiros, é INCORRETO afirmar:
- (A) o Banco Central, por ser caracterizado como “banco dos bancos”, atua da mesma forma que os demais intermediários financeiros.
 - (B) sua função de intermediação financeira é a de fazer a ponte entre poupadores e tomadores de recursos.
 - (C) a diferenciação entre os vários instrumentos financeiros está calcada em características variáveis de risco, liquidez, rentabilidade e emitente.
 - (D) a diferença básica entre um intermediário financeiro bancário e um intermediário financeiro não-bancário consiste em que estes não captam recursos por meio de depósitos à vista.
 - (E) bancos de investimentos, as chamadas financeiras (sociedades de crédito, financiamento e investimento) e as firmas de *leasing* (sociedades de arrendamento mercantil) são exemplos de intermediários financeiros não-bancários.

59. Considere a charge abaixo, que pode ser associada a uma característica recorrente da economia brasileira, nos últimos cinquenta anos.



(Folha de São Paulo – Autor: Angeli)

Esta característica é

- (A) índice de desemprego médio no patamar dos 15% da População Economicamente Ativa – PEA.
 - (B) Índices de Desenvolvimento Humano – IDH sempre abaixo dos 0,500 pontos, o que nos confere um baixo nível de desenvolvimento.
 - (C) a chamada “crise fiscal do Estado”.
 - (D) o quadro hiperinflacionário persistente.
 - (E) um Coeficiente de Gini médio, em torno de 0,5 ponto.
60. Uma Prefeitura conduziu uma pesquisa com 12.000 estudantes da Rede Pública de Ensino, relacionando a quantidade de semanas que os estudantes permaneceram nas escolas, em período integral, com o desempenho em um teste posteriormente aplicado. Obteve-se os seguintes resultados médios, para cada grupo de 1.000 alunos, conforme tabela abaixo.

Número de semanas de permanência em tempo integral (x)	47	56	116	178	19	75	160	31	12	164	43	74
Nota média no teste (de zero a 30 pontos possíveis) (y)	13,2	14,0	15,1	16,3	12,6	14,6	15,8	12,7	11,9	15,3	13,8	14,1

A partir da análise da tabela,

- (A) há uma correlação negativa entre o tempo de permanência na escola e o desempenho no teste.
- (B) o coeficiente de correlação “r” é maior que zero.
- (C) o coeficiente de correlação “r” é menor que zero.
- (D) o coeficiente de correlação “r” é igual a zero.
- (E) não se pode observar nenhum tipo ligação entre o tempo de permanência na escola e o desempenho no teste.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Redação. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

A forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura “agorista” – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. Numa sociedade e numa cultura assim, nós sofremos com o suprimento excessivo de todas as coisas, tanto os objetos de desejo, quanto os de conhecimento, e com a assombrosa velocidade dos novos objetos que chegam e dos antigos que se vão.

(BAUMAN, Zygmunt. **Sobre a educação e a juventude.** Trad. Carlos Alberto Meideiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013)

A informação se tornou objeto de consumo; nem sempre, porém, é problematizada de modo a tornar-se um conhecimento produtivo.

Com base nos excertos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	